

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COMUM PARA RETIRADA DE FIAÇÃO ABANDONADA DE EMPRESAS DE TELEFONIA**, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, equipamentos, ferramentas, veículos e equipamentos de proteção individual, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.1. Tipo de objeto

(x) Serviço de Engenharia Comum

1.2. Especificações e quantidades

Qtd	Descrição Detalhada	Valor Mensal (unitário)	Valor 12 Meses
1	Encarregado – operador - CNH “C” mensalista 44 horas semanais	R\$ 10.023,27	R\$ 120.279,24
1	Eletricista – mensalista 44 horas semanais	R\$ 10.892,36	R\$ 130.708,32
1	Auxiliar – Servente – mensalista 44 horas semanais	R\$ 7.308,13	R\$ 87.697,56
1	Caminhão TOCO - máximo 5 anos - carroceria 7m - equipado com guindauto, novo, com comando de controle remoto - alcance mínimo das lanças 18m, capacidade min carga 4.5 tn - patolas hidráulicas dianteiras e traseiras com extensão hidráulica - 4 lanças hidráulicas - mínimo 2 manual - sinalização com semáforo - com protetor de ciclista - Padrão NR 12.	R\$ 27.335,59	R\$ 328.027,08
		Total	R\$ 666.712,20

Da Descrição da Descrição Detalhada dos Serviços

As atividades a serem executadas incluem:

Retirada de fiação aérea abandonada por empresas de telefonia e provedores de internet, instalada em postes do sistema público:

- A atividade compreende o corte, desenrolamento e retirada dos cabos inutilizados, fios metálicos, braçadeiras e demais materiais de fixação;
- A contratada deverá acondicionar e destinar adequadamente os resíduos sólidos gerados, em conformidade com as normas ambientais vigentes;
- A execução dos serviços deverá respeitar as normas de segurança, bem como as orientações da equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Obras.

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. Os serviços desta contratação são caracterizados como serviço de engenharia comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado uma vez que atende à necessidade permanente da Administração Pública, relacionada ao apoio logístico e operacional às atividades rotineiras da Secretaria Municipal de Obras – SMO, cuja interrupção comprometeria a regularidade e a eficiência da prestação dos serviços públicos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

Em atendimento à Lei Municipal nº 7.785/2025, que dispõe sobre o tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas municipais, procedeu-se à análise de aplicabilidade de seus dispositivos ao objeto desta contratação.

O serviço em questão envolve execução contínua com equipe exclusiva e caminhão, demandando estrutura técnica e operacional que não se encontra disponível entre as microempresas ou empresas de pequeno porte locais, conforme apurado nas consultas de mercado realizadas.

Dessa forma, não é possível a aplicação de licitação exclusiva para ME/EPP, reserva de cotas ou subcontratação obrigatória, nos termos da Lei Municipal nº 7.785/2025.

Permanecem assegurados, contudo, os direitos gerais de participação e preferência previstos na legislação federal e municipal, observando-se os princípios da ampla competitividade e vantajosidade.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender à demanda crescente por serviços de retirada de fiação aérea obsoleta e abandonada instalada em postes, fachadas e demais estruturas localizadas em vias e logradouros públicos do Município. O acúmulo desses cabos compromete a estética urbana, gera poluição visual e representa risco potencial à segurança da população, além de dificultar a execução de serviços de manutenção da rede pública de iluminação e de outras atividades de conservação urbana.

No âmbito da Secretaria Municipal de Obras, não há estrutura operacional própria, tampouco pessoal capacitado ou equipamentos adequados para a execução regular e segura desse tipo de serviço, o qual exige mão de obra especializada, treinamento específico para trabalho em altura, observância às normas de segurança do trabalho e utilização de ferramentas e veículos apropriados. A inexistência de contratação específica para essa finalidade tem limitado a atuação do Município a intervenções pontuais e reativas, insuficientes para a adequada solução do problema.

A contratação mostra-se conveniente por permitir a execução dos serviços de forma planejada, padronizada e sob controle da Administração, garantindo maior eficiência, segurança e qualidade na prestação dos serviços, bem como a adequada destinação dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Ademais, a adoção de solução terceirizada revela-se mais vantajosa do ponto de vista técnico e econômico, quando comparada à estruturação de equipe própria, considerando os custos com pessoal, capacitação, aquisição e manutenção de equipamentos especializados.

Quanto à oportunidade, o momento é adequado diante do agravamento do cenário urbano relacionado à fiação obsoleta, das recorrentes demandas por parte da população e da necessidade de preservar a segurança, a mobilidade e a qualidade dos espaços públicos. A contratação permitirá resposta tempestiva às demandas identificadas, alinhando-se aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação será realizada por Pregão Eletrônico.

O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Tratando-se serviços continuados, o critério de aceitabilidade de preços será:

4.1.1. Menor preço: (☐) global, estimado para a contratação, observando a Convenção Coletiva de Trabalho.

4.1.2. Regime de execução: (☐) por preço unitário (☐) preço global

4.2. Serão exigidas amostras?

(☐) Não

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(☐) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

Qualificação técnica (art. 62, inciso II): Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com a anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos serviços prestados que constam nos atestados;
- Registro ou inscrição no Conselho Técnico Federal (CTF) e/ou CREA ou conselho de classe compatível com os serviços de engenharia elétrica, tanto da empresa quanto dos profissionais responsáveis;

Qualificação econômico-financeira

- Apresentar Certidão negativa de efeitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei 14.133/2021;
- Apresentação do Balanço patrimonial, demonstração do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante; capital mínimo e/ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de execução: O objeto deverá ser prestado diariamente, de forma continuada, de acordo com os horários de atendimento da SMO.

Possibilidade de prorrogação (art. 107) respeitando a vigência máxima decenal, desde que as condições de preços permaneçam vantajosas a Administração.

6.2. Endereço do local de entrega, identificação da Secretaria/departamento responsável pelo recebimento, e horário:

- Pátio da Secretaria Municipal de Obras: Rua José Pereira Liberato, nº 1899, bairro São João – Telefone 3348-0303

6.3. Garantia contratual: Será exigida garantia contratual, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

(x) Não

6.4. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

(x) Não

() Sim

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- d) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados a Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- f) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- g) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- h) Os equipamentos deverão estar devidamente identificados, com plotagem, especificando que estão a serviço da SMO, conforme padrão a ser apresentado pelo fiscal;
- i) Os serviços poderão ser deslocados para as demais regiões do Município, para atender as demandas de serviços da SMO e demais CACs;
- j) Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, com dizeres a Serviços da SMO, e todos os EPI's.
- k) A contratada deverá garantir a substituição imediata do caminhão ou das caçambas em caso de pane, acidente ou falha que impeça a continuidade do serviço, sem ônus adicional à Administração.

7.2. Obrigações da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João

CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303

- na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
 - d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
 - e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
 - g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

- (x) Contrato administrativo – período de 12 meses a contar da assinatura do Contrato.
- () Ata de registro de preços.
- () Autorização de Fornecimento.

8.2. Gestão e Fiscalização:

Gestor:

Tarcizio Zanelato
Secretário de Obras

Matrícula: 957605

Fiscal de Gestão:

Lucia Regina Wuppel
Diretora de Gestão
Matrícula: 248903

Fiscal Técnico:

Maykon Duarte Correa
Engenheiro Civil, Assessor Executivo
Matrícula: 2522204

Gestão de Riscos:

A execução contratual estará sujeita à gestão de riscos, em conformidade com o Mapa de Riscos anexo a este Termo de Referência, elaborado conforme o art. 18, §

1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O gerenciamento dos riscos tem como objetivo identificar, monitorar e mitigar eventos que possam comprometer a execução contratual, em especial aqueles relacionados à indisponibilidade de veículos e equipamentos, atrasos na prestação dos serviços, substituição de pessoal e descumprimento de normas ambientais e de segurança.

A fiscalização do contrato deverá acompanhar periodicamente o plano de mitigação, verificando a adoção das medidas preventivas e corretivas previstas, bem como comunicando formalmente à contratada qualquer ocorrência de risco que impacte a continuidade dos serviços.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os serviços contratados serão recebidos provisoriamente a cada período de medição, mediante verificação inicial pelo fiscal designado.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria gestora, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

9.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os serviços contratados serão recebidos provisoriamente a cada período de medição, mediante verificação inicial pelo fiscal designado.

10.2. O recebimento provisório será formalizado por relatório técnico e planilha de

medição, acompanhados da nota fiscal.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade e regularidade dos serviços, mediante termo de aceite.

10.4. Caso identificadas falhas, a contratada será notificada e deverá corrigir as irregularidades no prazo de 3 (três) dias úteis, sem prejuízo de penalidades.

10.5. O recebimento definitivo constitui condição indispensável para a liquidação e pagamento da fatura.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. REPACTUAÇÃO

12.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, conforme disposição contida no artigo 135 da Lei 14.133/2021.

12.2. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

12.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei 14.133/2021.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 666.712,20** (seiscentos e sessenta e seis mil setecentos e doze reais e vinte centavos), conforme planilha orçamentária.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação: 439

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paulo Ricardo da Silva

Responsável pela elaboração do TR

Tarcizio Zanelato

Secretário Municipal de Obras

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303